



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**Ata da Reunião Ordinária do Órgão Especial
do Colégio de Procuradores de Justiça
de 27.08.2014.**

Aos 27 (sete) dias do mês de agosto, do ano de 2014 (dois mil e catorze), às 14 (catorze) horas, no auditório Tilene Almeida de Moraes, edifício Campos Salles, sede do Ministério Público do Estado de São Paulo, sito à rua Riachuelo nº 115, nesta capital, sob a presidência do procurador-geral de Justiça, doutor Márcio Fernando Elias Rosa, reuniram-se os integrantes do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, devidamente convocados por meio eletrônico, registrando-se o comparecimento de 35 (trinta e cinco) procuradores de Justiça, conforme lista de presença. O presidente declarou instalada a reunião, submetendo ao plenário a ata dos trabalhos alusivos ao dia 06 (seis) de agosto de 2014 (dois mil e catorze) previamente encaminhada a todos, dando-se, por unanimidade, sua aprovação. Na fase dos trabalhos destinada às comunicações da presidência, o procurador-geral de Justiça propôs votos de pesar (que foram aprovados) pelo falecimento da senhora Gracinda Gomes de Azevedo, avó do doutor Alexandre Mauro Alves Coelho, promotor de Justiça e sogra do doutor Francisco Neves Coelho, juiz aposentado; pelo falecimento da senhora Florisa Pinto Rodrigues, mãe do doutor Rodolfo Rodrigues Filho, promotor de Justiça; pelo falecimento do doutor Fábio Amaral Machado de Araújo, desembargador aposentado, irmão do doutor João Machado de Araújo Neto, procurador de Justiça e cunhado da doutora Jane Carrasco Floriano, juíza de Direito da Comarca de Lins. Propôs, também, voto de louvor pela nomeação ao cargo de procurador de Justiça aos doutores José Carlos Meloni Sicoli e Carlos Alberto Amin Filho. Propôs, ainda, os seguintes votos de louvor: ao doutor José Luiz Melo Rego Filho, procurador de Justiça, em face de sua aposentadoria, pelos serviços



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

prestados à Instituição; aos promotores de Justiça integrantes do GAECO/Bauru, bem como aos agentes de promotoria lá lotados, pela atuação nas investigações que culminaram com a captura e prisão do condenado Roger Abdelmassih; ao ministro Ricardo Lewandowsky, pela assunção do cargo de Presidente do Supremo Tribunal Federal. Na mesma fase dos trabalhos, o procurador-geral de Justiça informou aos presentes que a ocupação de parte do Edifício Santa Lúcia, por setores administrativos do Ministério Público está se dando após satisfatória adequação das instalações e minuciosa vistoria pela área de engenharia da Instituição, aduzindo que prestava tais esclarecimentos com vistas a dissipar informações equivocadas a respeito do assunto. Elucidou, também, questão alusiva à tramitação de projetos de lei de interesse do Ministério Público na Assembléia Legislativa, esclarecendo que as proposituras que cuidam de temas da Instituição tramitam em conjunto com as pertinentes aos interesses próprios do Poder Judiciário, tendo sido adotadas as medidas necessárias e realizados os contatos com lideranças parlamentares para que a tramitação se dê em regime de urgência. No que pertine a esse tema, acrescentou que emendas surgidas no curso dos trabalhos legislativos serão objeto de desistência por parte de seus autores, preservando-se as proposituras em suas disposições originárias. Finalmente, declarou haver recebido ofício da presidência da entidade de classe dos membros do Ministério Público, expressando apoio à integralidade das proposituras acima aludidas. Na etapa relativa às comunicações dos membros do Órgão Especial, pronunciaram-se os seguintes procuradores de Justiça: doutor Ruymar de Lima Nucci, que solicitou esclarecimentos da presidência a respeito de critérios utilizados na correção de vencimentos dos integrantes da carreira, havendo o procurador-geral de Justiça prestado as informações pedidas; doutor Paulo Afonso Garrido de Paula, que informou aos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

circunstantes sua candidatura ao cargo de corregedor-geral do Ministério Público, bem como a candidatura da doutora Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner ao cargo de vice-corregedora; doutor Washington Epaminondas Medeiros Barra que, como integrante do corpo de dirigentes da JUSPREV, sistema de previdência privada que congrega -dentre outros agentes públicos- magistrados e membros do Ministério Público, teceu comentários sobre a entidade e sua posição no *ranking* nacional, figurando entre as nove entidades do gênero. Ingressando os trabalhos na etapa da ordem do dia em sorteio regimental sob a presidência do procurador-geral de Justiça, ao doutor Luiz Cyrillo Ferreira Junior foi cometida a incumbência de relatoria do protocolado nº 176.546/12. Sobrevindo a apreciação do segundo tópico da pauta, foram escolhidos, para acompanhar a sindicância nº 002/14-CGMP, nos termos do artigo 252, parágrafo primeiro, da Lei nº 734/93, os procuradores de Justiça Armando Padilha Junior, Fabio Antonio Pineschi e João Antonio Marchi. Foram postos sob apreciação os seguintes protocolados da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias de Justiça: Pt. nº 133.372/13 - Interessada: Promotoria de Justiça de Porto Ferreira - Assunto: redivisão de atribuições dos cargos de promotor de Justiça - Relator: doutor Olheno Ricardo de Souza Scucuglia. Situação: aprovado, por unanimidade, parecer da relatoria. Pt. nº 102.663/14 - Interessada: Promotoria de Justiça de Itapevi - Assunto: redivisão das atribuições dos cargos de promotor de Justiça - Relator: doutor Olheno Ricardo de Souza Scucuglia - Situação: aprovado, por unanimidade, o parecer da relatoria. Foi, ainda, apreciado um protocolado da Comissão de Regimentos e Normas, o de nº 25.015/08 - Interessada: Comissão Provisória (Integrantes doutores Maria Cristina Barreira de Oliveira, Antonio de Pádua Bertone Pereira e Vânia Maria Ruffini Penteadó Balera) - Assunto: proposta de elaboração de ato para disciplinar



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

atuação do Ministério Público em procedimentos instaurados na defesa de interesses individuais indisponíveis - Relator: doutor Jurandir Norberto Marçura - Situação: aprovado, por unanimidade, o parecer da relatoria. Exaurida a pauta dos trabalhos e nada mais havendo a ser tratado, agradecendo a todos, o procurador-geral de Justiça declarou encerrada a reunião, convocando os presentes para a próxima sessão. Para constar, eu, Walter Paulo Sabella, procurador de Justiça e secretário do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente que vai assinada pelo senhor procurador-geral de Justiça, por mim, pelo decano e pelos presidentes das comissões permanentes.

WALTER PAULO SABELLA.

Secretário do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

MÁRCIO FERNANDO ELIAS ROSA.

Procurador-Geral de Justiça.